

O boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* nº 67 apresenta a conjuntura do mercado de trabalho brasileiro no primeiro semestre de 2019 e reúne textos temáticos, de forma a alimentar o debate sobre esse importante componente na economia do país. A análise conjuntural utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia (ME), e constatou uma dinâmica mais favorável para o mercado de trabalho. A população ocupada (PO) já se encontra em patamar superior ao período pré-crise, e a taxa de desemprego continua a cair tanto na comparação com o mesmo período, como na série dessazonalizada. Ao mesmo tempo, a transição de trabalhadores para a inatividade também apresentou queda no período. Os resultados positivos nos indicadores de ocupação não são correspondidos na análise dos rendimentos do trabalho, que apresentaram leve queda no último período e aumento na desigualdade, com diminuição das médias dos rendimentos dos trabalhadores mais pobres.

Além do texto de análise conjuntural, integram também este número as seções de *Notas técnicas, Política em foco e Economia solidária e políticas públicas*.

A seção *Notas técnicas* possui quatro textos. Joana Costa, Felipe Russo, Guilherme Hirata e Ana Luiza Barbosa, no texto *Crise econômica e a transição do emprego doméstico no Brasil*, utilizaram os microdados da PNAD Contínua para criar uma série histórica das transições entre situações no mercado de trabalho das mulheres, com foco nas trabalhadoras domésticas. Além de apontar as diferenças entre este setor de ocupadas em relação a outras empregadas, o estudo busca identificar se a recessão de 2014 afetou de forma heterogênea esses grupos.

A nota técnica *Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019)*, de Rogério Jerônimo Barbosa, analisa o comportamento da desigualdade da renda do trabalho nos últimos anos, utilizando os microdados da PNAD Contínua. O estudo explica as diferenças entre os conceitos de renda empregados na PNAD Contínua e a implicação dessa diferença no cálculo da desigualdade. Além disso, busca inserir a série de desigualdade no contexto dos outros indicadores do mercado de trabalho, de forma a melhor entender sua evolução. Finalmente, o autor apresenta a decomposição das contribuições para a variação da desigualdade no período analisado, permitindo uma análise mais sutil do crescimento recente.

No texto *Mais sobre as diferenças na evolução do emprego formal na PNAD Contínua e no Caged*, os autores Carlos Henrique Corseuil, Lauro Ramos, Bruna de Souza e Felipe Russo apresentam novas informações sobre as diferenças no comportamento das séries de

emprego formal do Caged e da PNAD Contínua. Com dados diários sobre o desligamento de trabalhadores, os autores diagnosticam e recomendam como tratar a discordância que ocorre na transição anual entre as duas séries.

O último texto da seção *Notas técnicas, Pesos longitudinais para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*, de autoria de Antônio Etevaldo Teixeira, Eduardo Santiago, Paula Alves e Denise Britz, explica a importância de um tratamento diferenciado para os pesos amostrais dos dados do IBGE, ao se realizar uma análise longitudinal. O estudo mostra como estimar o peso longitudinal a partir do peso amostral dado pelo IBGE e apresenta estatísticas da base utilizando ambos os pesos. Os autores encerram o texto com uma análise dos fluxos do mercado de trabalho, utilizando os pesos longitudinais estimados.

A seção *Política em foco* contém três artigos. O primeiro, *O Fundo de Amparo ao Trabalhador e seu potencial de financiamento do investimento de longo prazo no Brasil*, de Sandro Silva, busca analisar a trajetória do FAT, especificamente sua função como fonte de financiamento para investimentos em infraestrutura e expansão das bases produtivas nacionais. Para isso, foi elaborado um índice, o índice de capacidade e investimento (ICI), que permitiu avaliar o incremento de recursos líquidos efetivamente disponíveis para as aplicações nos setores e nas atividades de interesse, considerando o período 2005-2017.

As autoras Maria Falcão e Laura Díaz, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no estudo *Aprendizagem profissional inclusiva como estratégia de combate ao trabalho infantil e promoção do emprego juvenil*, apresentam o contexto institucional e o estado atual do combate ao trabalho infantil e da qualificação do emprego juvenil no Brasil. O texto também avalia a Lei de Aprendizagem no Brasil e como o novo conceito de aprendizagem profissional inclusiva (API) pode ser utilizado para melhorá-lo.

O terceiro texto da seção, *Compreendendo os desafios do mundo do trabalho nos países BRICS: panorama institucional da rede de institutos de pesquisa sobre trabalho*, é de autoria de Mariana Almeida, Daniel Nunes e Sabrina da Silva Vale. O texto trata do grupo de trabalho criado pelos países BRICS que foca o mercado de trabalho e busca assessorar políticas nesse tema. Os autores apresentam a história e a institucionalidade da rede, assim como suas pesquisas recentes e áreas de interesse.

Por fim, a seção *Economia solidária e políticas públicas* possui três textos. *A viabilidade do trabalho associativo e autogestionário em uma perspectiva plural*, de Mario Saul Schujman e Daniel Francisco Nagao, traz uma série de reflexões e contribuições sobre a problemática da sustentabilidade de empresas associativas de trabalhadores autogeridos. O texto, de cunho reflexivo, exploratório e conceitual, também busca sistematizar o debate acadêmico latino-americano sobre como melhorar as condições de sustentabilidade/viabilidade desses empreendimentos.

Luiz Arthur Faria, Fernando Severo, Henrique Cukierman e Eduardo Diniz, no artigo *Digitalizações de moedas sociais brasileiras e desafios de governanças comunitárias: os requisitos, os códigos e os dados*, apresentam a experiência da moeda social digital mumbuca, da cidade de Maricá, no Rio de Janeiro. Os autores tratam das implicações de

Apresentação

sua adoção, de seu desenvolvimento e código-fonte, e da discussão sobre a privacidade dos dados que ali circulam.

O último texto da seção, *A economia solidária como estratégia de combate ao racismo institucional e desenvolvimento territorial*, de autoria de Anelize Santos, Dayvid Santos, Karla Uckonn, Milton Filho e Leandro Moraes, é uma síntese dos resultados apresentados nas três etapas da execução do projeto de combate ao racismo institucional A Contribuição da Economia Solidária para Sensibilização de Gestores Públicos, desenvolvido pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), do governo do estado da Bahia.

